



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual e parcelada aquisição de pneus novos para os veículos, máquinas pesadas e caminhões pertencentes ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

DATA DE ABERTURA: 25 de maio de 2026.

ASSUNTO: Julgamento de impugnação ao edital do processo em epigrafe

IMPUGNANTE: CAMILA PAULA BERGAMO.

O **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, PARANÁ**, pessoa jurídica de direito pública, inscrito no CNPJ sob nº. 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, centro, nº. 750, CEP 85635-000, por intermédio do Pregoeiro Municipal o Sr. Tiago Martins, vem a presença de vossa empresa, encaminhar o resultado do julgamento de impugnação ao edital supra, impetrado pela pessoa física **CAMILA PAULA BERGAMO** CPF Nº. 090.926.489-90.

DA TEMPESTIVIDADE

Importante salientar que a presente impugnação foi tempestiva, ou seja, foi protocolada dentro do prazo previsto no instrumento convocatório e na Lei Geral de Licitações, senão vejamos:

2.4.1 - Os interessados poderão solicitar esclarecimentos e pedidos de impugnações quanto às disposições do presente edital devendo protocolar a solicitação no Departamento de Licitação presencialmente ou pelo e-mail: licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Diante disso merece ser processada e julgada, conforme os fatos e fundamentos jurídicos, preservando sempre o interesse público.

DOS FATOS

A impugnante, em sua peça de bloqueio, em síntese, requer:



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Passe a incluir a palavra “SIMILAR” em seu termo de referência, ao lado da indicação da marca padronizada, para que os licitantes interessados atendam os índices e qualidade equivalente ao produto requerido pela Administração Pública.

DO MÉRITO

Uma vez preenchidos os requisitos legais para o recebimento da impugnação apresentada, passa-se a analisar o mérito das alegações. Preliminarmente, cabe elucidar que em 12 de maio de 2026, o Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, após solicitação do Diretor Administrativo lançou edital de Pregão Eletrônico nº 19/2026, cujo objeto é o registro de preços para eventual e parcelada aquisição de pneus novos para os veículos, máquinas pesadas e caminhões pertencentes ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Como o pedido de impugnação refere-se a parte técnica do edital de licitação, foi solicitado ao departamento demandante que analisasse o pedido, o mesmo informou que a impugnante sustenta, em síntese, que o edital teria promovido restrição indevida à competitividade ao indicar marcas de referência no Termo de Referência, alegando afronta ao art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

Entretanto, não assiste razão à impugnante. Inicialmente, cumpre destacar que o edital NÃO exige marca específica para fornecimento dos pneus, tampouco restringe a participação de licitantes a determinadas fabricantes.

O item 2.4 do Termo de Referência expressamente dispõe:

“Foram sugeridas marcas de pneus reconhecidas nacionalmente, exemplos: Firestone, Goodyear, Pirelli, Continental, Michelin, Bridgestone e Dunlop, ou similar ou superior.”

Portanto, verifica-se de forma inequívoca que as marcas mencionadas possuem caráter meramente exemplificativo e referencial, servindo apenas como parâmetro mínimo de qualidade, desempenho e durabilidade, sendo expressamente admitidos produtos similares ou superiores.

Dessa forma, não procede a alegação de direcionamento ou restrição de competitividade, uma vez que o próprio edital já contempla exatamente a expressão cuja inclusão foi requerida pela impugnante.

Ademais, a Administração Pública possui discricionariedade técnica para estabelecer padrões mínimos de qualidade dos produtos a serem adquiridos, especialmente quando



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



relacionados à segurança da frota municipal, eficiência operacional e economicidade da contratação.

A indicação de marcas referenciais encontra respaldo no art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, que admite a identificação de marcas aptas a servir apenas como referência, justamente para melhor compreensão do objeto licitado, sem que isso implique restrição ao caráter competitivo do certame.

No presente caso, não há vedação à oferta de outras marcas, desde que atendam aos requisitos mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade e segurança previstos no Termo de Referência.

Importante destacar ainda que a Administração tem o dever de zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos, buscando produtos que apresentem desempenho satisfatório e reduzam custos futuros com manutenção, substituições precoces e paralisação de veículos e máquinas públicas.

Assim, a previsão editalícia encontra-se plenamente compatível com os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e busca da proposta mais vantajosa.

Por fim, considerando que o edital já prevê expressamente a aceitação de produtos “similares ou superiores”, não há qualquer necessidade de retificação do instrumento convocatório, inexistindo ilegalidade a ser sanada.

Destaca-se ainda que não é de forma alguma, objetivo desta Administração Municipal frustrar a participação de licitantes, pelo contrário, todos os procedimentos visam garantir os princípios basilares da licitação pública, tais como a isonomia, competitividade, legalidade e eficiência.

No que pese aos princípios constitucionais norteadores é cedido que a Administração Pública deve obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, da supremacia do interesse público sobre o particular, entre uma série de outros que marcam o regime jurídico administrativo, conforme disciplinado no Art. 37, da Carta Magna:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



A lei 14.133/21 também estabelece princípios a serem seguidos pela Administração Pública durante o processo de contratação, sendo eles:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Sendo assim não há de se questionar que o cumprimento das regras estabelecidas no edital, é dever supremo da Administração Pública como também do licitante que participa, até porque a vinculação ao instrumento convocatório está amparada pelo artigo 5º da lei de licitações, citado anteriormente.

Importante ainda elucidar, que é dever do Administrador Público garantir contratação vantajosa a fim de que seja preservado o interesse da coletividade, haja vista que tal interesse sempre vai se sobrepor ao interesse de particulares.

DECISÃO

Após análise e com base na fundamentação supra, decido conhecer e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** a impugnação em epígrafe interposta pela pessoa **CAMILA PAULA BERGAMO CPF Nº. 090.926.489-90**, mantendo-se inalteradas as condições contidas no edital.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 19 de maio de 2026.

TIAGO MARTINS

Pregoeiro